

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.005 - MG (2019/0301377-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999
LUIZ GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259
BRUNA PARENZI TAPADA - MG157953
AGRAVANTE : IOLANDA CORDEIRO DE TOLEDO CAMPOS
AGRAVANTE : ANTONIO CAMPOS
ADVOGADOS : ALEXANDRE BARROS TAVARES - MG122676
BRUNA FERNANDA DA SILVA - MG157246
LUDMILA FONTES DE ALMEIDA ALVES - MG177110
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do NCPC), interposto por IOLANDA CORDEIRO DE TOLEDO CAMPOS e OUTRO, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 508/515, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 371/372, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. AGRAVO RETIDO - NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - NÃO CONHECIMENTO. PREVI - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CDC - NÃO APLICAÇÃO. CET - COEFICIENTE DE EQUALIZAÇÃO DE TAXAS - BIS IN IDEM - SUPRESSÃO MANTIDA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO - AUSÊNCIA DE BASE LEGAL EM CONTRATO QUE NÃO É REGIDO PELO SFH - NULIDADE DA CLÁUSULA SÉTIMA - MANUTENÇÃO. ADITAMENTO AO CONTRATO DE MÚTUO - NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO REDUTOR AO SALDO DEVEDOR, CONFORME PACTUADO - DETERMINAÇÃO MANTIDA. LIMITAÇÃO DA CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR AO IGP-DI/FGV, SEM SUPERAR A VARIAÇÃO SALARIAL DA MUTUÁRIA. INEXIGIBILIDADE DOS ENCARGOS MORATÓRIOS - AUSÊNCIA DE MORA - IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

1 -O Juiz é o destinatário das provas e é o seu dever indeferir aquelas inúteis ou meramente protelatórias, sem que isso represente ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Estando a capitalização de juros expressamente prevista no contrato, descabe falar-se em perícia para aferir a sua incidência. Agravo retido desprovido.

2 - Embora afirmada em recurso a nulidade do julgado "por ausência de

prestação jurisdicional", não houve qualquer fundamentação a respeito nas razões recursais, o que impede o conhecimento da matéria pelo Tribunal, por ausência de dialeticidade.

3 - Segundo hodierna jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, ainda que a relação jurídica havida entre as partes seja um contrato de mútuo, não haverá incidência do código consumerista, pois as entidades fechadas de previdência privada não podem ser equiparadas às instituições financeiras, por não possuírem fins lucrativos.

4 - Configura bis in idem a cobrança da CET, uma vez que o contrato já prevê os índices de correção aplicáveis às parcelas, nada havendo que justifique a adoção de um percentual adicional fixo para corrigir possíveis diferenças. A ausência de previsão de devolução da CET nos casos em que não for utilizada também indica sua abusividade.

5 - Como a PREVI não se identifica com nenhuma das hipóteses do rol taxativo legal de entidades que integram o SFH, a ela não se aplicam as regras do Sistema Financeiro de Habitação. Por ausência de previsão legal à época, deve ser mantido o decote da capitalização mensal de juros.

6 - Não implementado o redutor do saldo devedor pactuado em aditamento ao contrato de mútuo, é dever da mutuante cumprir o pactuado, sob preceitos da pacta sunt servanda.

7 - No ônus que lhe incumbia, art. 373, II do CPC/15, a 2ª apelante PREVI não logrou demonstrar que tenha aplicado, a partir de fevereiro de 1999, os índices de correção do aditamento, os quais passariam a ser o IGP-DI/FGV, com obediência ao teto que seria o reajuste salarial acumulado anual da devedora mulher. Logo, neste ponto, a sentença deve ser reformada para que, neste tocante, se cumpra o aditamento.

8 - Não há que se falar em sobrestamento dos efeitos da mora se, na inicial, os mutuários confirmam estar em dia com as prestações, sendo descabido submeter ao Judiciário a resolução de lides hipotéticas.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados com imposição de multa.

Em suas razões de recurso especial, os recorrentes apontam ofensa aos artigos 141, 492, 489, 926, 1022 e 1026, § 2º, do NCPC; e 396 do CC/02.

Sustentam, em síntese, ter ocorrido negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de haver a *"devolução dos valores pagos a título de CET e o afastamento dos encargos moratórios"*.

Contrarrazões (fls. 476/489, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: (i) não houve ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC; e (ii) ausência de interesse recursal.

Daí o presente agravo (art. 1042 do NCPC), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 543/551 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar em parte.

1. Inicialmente, a recorrente alega violação aos artigos 489 e 1022 do NCPC, sustentando omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar tese relevante ao deslinde da

controvérsia.

Ora, consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: AgInt no REsp 1545617/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; AgInt no REsp 1596790/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; AgInt no AREsp 796.729/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; AgRg no AREsp 499.947/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu *"que a estipulação contratual do CET - Coeficiente de Equalização de Taxas - se afigura abusiva, deve ser declarada a nulidade da cláusula que o instituiu, tal como constou na sentença"* (e-STJ, fl. 384).

No ponto, vale observar, a sentença, na parte dispositiva, determinou *"a exclusão integral do coeficiente de equalização de taxas (CET) sobre as parcelas quitadas, além de **devolver** o que foi pago a maior, devidamente atualizado"* (fl. 281, e-STJ).

Portanto, não há interesse recursal dos insurgentes ao afirmarem a necessidade de *"devolução dos valores pagos a título de CET"*.

3. Outrossim, com relação à mora, a Corte local adotou os seguintes fundamentos (fl. 389, e-STJ):

Quanto ao pedido de sobrestamento dos efeitos da mora, em razão de a discussão abranger encargos da normalidade, não há como acolher o pleito de reforma.

Ora, a toda evidência, **descabe o pedido de sobrestamento dos efeitos da mora se, na inicial, os mutuários confirmam estar em dia com as prestações, sendo descabido impor ao Judiciário a resolução de lides hipotéticas.**

Consequentemente, **se não há mora, não há se falar em "exclui-la" ou sobrestar seus efeitos, já que nenhuma consequência contratual dela recorrente pode incidir sobre o mutuário adimplente.**

Assim, neste capítulo, a sentença deve ser mantida.

Ocorre, conforme se constata das razões recursais, que os referidos fundamentos, não foram impugnados pelos recorrentes.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange*

todos eles.")

4. Pro fim, quanto à afronta ao art. 1.026, § 2º, do CPC/15, vale destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é corrente no sentido de que inaplicável a multa por oposição de embargos declaratórios quando transparecer o intento de prequestionamento, sobretudo quando não é manifesta a abusividade do manejo do recurso.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PARA SANEAR OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INTUITO PROTELATÓRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. AFASTAMENTO. SÚMULA 98/STJ.

1. Não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se o afastamento da multa imposta com esteio no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. Inteligência da Súmula nº 98/STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1273513/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

5. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para excluir a multa imposta em sede de embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator